

ORIGEM E FORMAS DO CONHECIMENTO

Antônio Frederico Zancanaro

Docente da UNIPAR

Resumo

A reflexão filosófica sobre a origem e conteúdo do conhecimento humano tem-se pautado por entendimentos divergentes. Duas perspectivas, no entanto, têm prevalecido na tentativa de sintetizar a forma de acesso da razão aos objetos e fenômenos do universo: a perspectiva transcendente e a perspectiva transcendental. A primeira admite a existência de uma permanência, como substrato fundante do conhecimento; a segunda afirma a impossibilidade radical do acesso da razão à coisa-em-si. Resta ao homem o esforço incessante da busca, seguindo, ora por um caminho, ora pelo outro.

Abstract

The philosophical reflection about the origin and content of the human knowlage has itself enrolled by divergent understandings. Two perspectives, however, have predomined in the experiment to synthetize the form of access of the reason of the Universal objects and phenomena: The transcendent perspective and the transcendental perspective. The first one admits the existence of a permanence, as substracted founder of the knowlage; the second one affirms the radical impossibility of the acess of the reason to the thing itself. Remains to the man the permanent effort of the search, following, for some time in a way, and for another time in another one.

Introdução

O tema do presente estudo apresenta-se em termos extremamente ambiciosos. Pretender tratar da origem e das formas do conhecimento no diminuto espaço de um ensaio, pode causar nos interlocutores a impressão de uma superficialidade inadmissível em decorrência das omissões e lacunas que forçosamente se tornarão evidentes. No intuito de amenizar essa dificuldade inicial e intransponível, pretendo não ir pra além de alguns acenos provocativos sobre o tema em questão.

Ater-me-ei a breve meditação sobre a origem do conhecimento, fazendo rápida alusão às duas perspectivas mais aceitas no âmbito da reflexão filosófica - a perspectiva transcendente e a perspectiva transcendental - e a citar as principais formas correntes de conhecimento, assim como são formuladas na atualidade, definindo-as e caracterizando-as sumariamente.

1. A ORIGEM DO CONHECIMENTO

"O homem nada mais é do que um junco, o mais frágil da natureza, mas um junco pensante", dizia Blaise Pascal.(1)

Um "junco pensante" que ama, odeia, conhece, ignora, se emociona, chora, se alegra, reflete, imagina, cria, busca incansavelmente e propõe. Isso é a sua grandeza.

A pequenez de que fala Blaise Pascal é decorrente de sua frágil constituição física - fato que lhe deixa a existência em permanente sobressalto. Essa, no entanto, é compensada pela extraordinária capacidade de superação com que a natureza o dotou - o seu poder de pensar e refletir - permitindo-lhe colocar o mundo exterior a seu serviço.

A inquieta e irrequieta relação que desenvolve com o mundo circundante e o sentido de sua presença no universo é um fenômeno que o toma de assalto desde a mais tenra infância. O anseio de conhecer, dizia Aristóteles, é conatural ao homem. E Kant acrescentaria que as deficiências oriundas da fragilidade física do ser humano lhe são largamente compensadas por sua capacidade de pensar reflexivamente - potencialidade não concedida a outros seres - o que lhe permite imaginar, criar e inovar através do conhecimento, tirando largamente proveito sobre a mera força bruta de outros seres fisicamente mais bem dotados.

Mas, o que caracteriza a operação de conhecer? Etimologicamente, o termo "conhecimento" provém do verbo latino 'nosco, noscere' ou 'cognosco, cognoscere'. Esse termo foi traduzido para a língua portuguesa como, saber, conhecer ou tomar consciência. 'Cognoscere', de onde vem o substantivo conhecimento, ciência e com+ciência, indica o processo dual de união entre a razão de um agente e um objeto ou fenômeno exterior. A razão do agente e o fenômeno objetivo são os dois pólos necessários que, ao se entrecruzarem, unem-se para produzir o conhecimento.

Seria, então, o conhecimento mero esforço de aprisionamento dos entes ou fenômenos em categorias engendradas pela razão? Consistiria o ato de conhecer numa simples reprodução dos entes e fenômenos em modelos, esquemas e fórmulas? Poder-se-ia reduzir o conhecimento a um rele e contínuo repassar o saber, sabido às novas gerações?

Certamente que não!

Somos tentados, no entanto, a afirmar - em face às impressões deixadas pelo fazer pedagógico de muitos - que, em não poucos casos, o conhecimento é considerado e tratado como uma posse privada, passível de ser repassada em troca de uma remuneração. Disso já se queixava Martin Heidegger, da Alemanha da década de 60. Via o ensino alemão pouco afeto aos apelos da imaginação, da reflexão e da criatividade. De fato, os entes e os fenômenos de qualquer natureza são

enigmáticos. Mostram-se e escondem-se. Quando a razão se apercebe, aquilo que lhe pareceria capturado nas redes esquemáticas do conhecimento, escapa-lhe entre penumbras e dúvidas, obrigando-a a reiniciar a busca. Há uma presença estranha e numinosa, que não se esgota nas fórmulas, modelos e esquemas construídos pela razão. O que não se pode é alimentar e sedimentar a ilusão de que, tendo-se aprisionado as realidades cognoscíveis em categorias criadas pela razão, se tenha, ipso facto, dominado a sua essência.

Para que se possa vencer, de um golpe só, tanto o dogmatismo, como o idealismo, necessário se faz perceber a abertura que o conhecimento provoca nos horizontes humanos pela investigação do movimento racional que levou à produção dos esquemas, fórmulas e modelos atualmente em uso. Seria a reprodução do saber sabido verdadeiro conhecimento? Sobrecarregar a memória com fórmulas e esquemas do saber sabido - sem a concomitante e necessária reflexão sobre a sua face entitativa - é introjetar informações, sem conhecê-lhes as razões últimas de serem assim, antes que de outra maneira, certamente não configura verdadeiro conhecimento, no sentido latino do termo de "nascer junto, conascer". Exercitar a capacidade de pôr em dúvida suas próprias certezas foi a tarefa sugerida por Descartes aos pensadores e pedagogos de seu tempo.

Ora, no afã de tornar claro o ato de conhecer, o pensamento ocidental ocupou-se da relação sujeito/objeto de dois modos distintos, aqui denominados de perspectivas: um, segundo uma perspectiva transcendente; outro, segundo uma perspectiva transcendental. Entende-se por perspectiva, um ponto de vista último que a razão estabelece como fundamento mais radical de todo o processo de construção do conhecimento.

1.1 A PERSPECTIVA TRANSCENDENTE

Denomina-se de perspectiva transcendente aquele ponto de vista que admite o saber verdadeiro como "algo" de permanente, subjacente àquilo que aparece.

Tal crença se deve ao fato de os pensadores que adotaram não admitirem que a verdade possa estar sujeita às mudanças típicas do mundo instável e circunstancial do homem.

Foi em perseguição a esse ponto de vista último, como princípio fundante do universo que se voltou à meditação pré-socrática, quando buscava o elemento originário de todas as coisas. Para uns, o fogo, o ar, a terra, a água; para outros, o ápeiron, o devir, o ser e outras categorias. O incipiente movimento do pensamento reflexivo daquela fase da história ocidental pode ser qualificado muito mais como uma cosmologia - um discurso sobre o cosmo - do que como uma verdadeira filosofia - uma reflexão sobre o princípio último do universo. Esse vai ser formulado com maior precisão por Platão e Aristóteles. Suas categorias, a de idéias e a de substância, permanecem - ainda que sob outros nomes - até os dias de hoje. Platão colocara no mundo abstrato das idéias a fonte originária do conhecimento; Aristóteles pressentiu na substância o elemento estável que daria sustentação às coisas. É, pois, a partir da obra de Platão que a perspectiva transcendente adquire maior clareza. Platão parte da convicção de que as idéias só se tornam possíveis à razão humana, graças à pré-existência de um substrato ontológico, duradouro e permanente, sendo que as idéias que formamos a respeito dos entes e fenômenos não passam de precárias imitações, imagens e representações. As idéias originárias, imutáveis e perfeitas se encontram armazenadas e prontas para a sua atualização histórica.

Aristóteles consagrou a idéia de permanência na categoria de substância. "Substância" nada tem a ver com algum elemento químico ou físico, próprio dos entes materiais. Para o estagirita, a "substância" representa o sustentáculo imutável e permanente que perdura para além da variabilidade e mudanças dos entes e/ou fenômenos com os quais a razão se interrelaciona.

O conceito de "substância", na metafísica aristotélica diz respeito ao núcleo central do ente:

o seu ser. O ser, enquanto substância perene e permanente em todos os entes, pode ser pressentido com maior eficácia através do conceito de causa. Causa é o momento originário do ente. Esse momento, como princípio fundante das coisas, para Aristóteles, revela-se de quatro modos distintos, mas efetivamente unitários: a causa material, a causa eficiente, a causa formal e a causa final.

O ser ou substância, como princípio dos entes, permanece por debaixo das aparências. As aparências, como o nome já diz, são qualidades e, e como tais, são mutáveis de ente para ente. Então as qualidades não podem constituir-se em princípios último dos entes. Assim, com a idéia de substância, Aristóteles fracionou a realidade. Separou o que a razão percebe como permanente, da mutação; e o ente ou fenômeno, de seu suporte. O conhecimento das realidades do mundo sofreu, então, uma dicotomia, com o privilegiamento, ora das essências abstratas, ora da imanência.

Essa convicção fez escola ao longo de toda a Idade Média, assumida que foi pela filosofia cristã, através de arranjos e adaptações. O pensamento platônico e aristotélico foram fundidos pelos pensadores medievais, dando origem, após São Tomás de Aquino, ao sistema denominado de aristotélico-tomista. A modernidade tem no absoluto de Hegel a mais significativa expressão da perspectiva transcendente. "A perspectiva transcendente, diz Paim, revela extrema vitalidade. É provável que o homem, em todas as épocas, não possa prescindir da suposição de que teria acesso às realidades últimas, notadamente às que se relacionam ao seu próprio destino. Por isso, os sistemas filosóficos que se elaboraram em seu nome não hajam desaparecido depois que a perspectiva oposta veio a encontrar uma formulação acabada". (2)

A perspectiva transcendente fundamenta-se em princípios ou crenças que ultrapassam toda experiência possível. As realidades que são objeto do conhecimento ficam subordinadas a modelos e

categorias que não são decididamente abarcadas pelos critérios estritos da razão. Dependem da aceitação de dados metafísicos que vão para além dos modelos e categorias elaborados pela razão. A perspectiva transcendente repousa, pois, na crença de que o conhecimento só se torna possível graças a um substrato eterno, imperecível e não sujeito a mudanças.

1.2 A PERSPECTIVA TRANSCENDENTAL

A partir do advento da Era Moderna, (com Descartes, em 1650), iniciou-se o desenvolvimento de uma perspectiva diametralmente oposta à perspectiva transcendente. É a perspectiva transcendental.

Já não se admite um sustentáculo eterno e imóvel para o conhecimento. Afirma-se que a razão está limitada à consideração dos fenômenos e não tem acesso à coisa-em-si dos entes. Nada há fora e independente de nossa percepção. O conhecimento está íntima e diretamente ligado à experiência humana. Não é possível saber se e como as coisas seriam independentemente de nossa experiência. Tal ponto de vista último foi denominado de perspectiva transcendental. Kant constituiu-se na figura mais importante dessa perspectiva e seu ponto de referência necessário.

Se antes a categoria fundamental se denominava de idéia e/ou substância, agora denomina-se de fenômeno. A perspectiva transcendental não se ocupa em saber como seria a coisa-em-si do conhecimento. Ocupa-se, antes, com o seu horizonte possível, investigando a capacidade de conhecer, a constituição, os limites e a validade dos supostos conhecimentos produzidos pela razão.

Ao contrário da perspectiva transcendente, como se viu, a perspectiva transcendental tornou-se capaz de manter a unidade do conhecimento. Se a perspectiva transcendente fracionou o ente, buscando conhecê-lo em sua essência - por acreditar que existe algo de permanente sustentando as aparências - a perspectiva transcendental nada afirma sobre as essências. Kant dizia que a preocupação dos pensadores com as essências conduziu à produção de conhecimentos dogmáticos. Esses tornaram-se perniciosos ao

progresso do próprio conhecimento, tolhendo o seu desenvolvimento por induzirem à aceitação de verdades prontas e acabadas, que não passam de um jogo de palavras, por ocuparem-se com problemas que estão acima da razão. Que é o ser? O homem, quem é ele? Deus existe? Para Kant, são questões que escapam às limitações e possibilidades da razão. E Bento de Espinosa critica aqueles que confundem os entes e os fenômenos reais com os modos - conceitos, categorias, modelos e esquemas - que são criações da razão humana, com as coisas em si mesmas. Muitos, diz o autor, se perdem em verbalismos e fórmulas inúteis. "Se investigar o que é significado por esses nomes fora do intelecto, verificará que é um mero nada". (3).

É importante ressaltar que, tal qual Aristóteles e Descartes, Kant entende que o conhecimento humano depende, para seu início, - como numa relação de causa e efeito - das informações que os sentidos propiciam ao intelecto. Os sentidos tocam e são tocados pelos objetos exteriores, possibilitando o despertar da faculdade cognitiva. Essa realiza o trabalho relacional de comparar, conectar ou separar representações por ela formadas. O conhecimento é o resultado desse processo de elaboração e reelaboração das informações.

A questão de saber-se se o conhecimento produzido pelo concurso dos sentidos e do intelecto é verdadeiro ou não, é impertinente nesse momento. Kant deixa claro que, "segundo o tempo", i. é, do ponto de vista do "momento" da informação sensível, não há conhecimento sem experiência.

Segundo Kant, existe, no entanto, um outro tipo de conhecimento, cuja origem não radica necessariamente na experiência sensível. É o caso, por exemplo, da idéia de experiência. Uma coisa é a experiência sensível enquanto conjunto de dados que tocam os sentidos e movem o entendimento; e outra é a idéia de experiência, como dado lógico, que existe apenas em relação com o intelecto. A experiência lógica da experiência nada tem a ver

com a experiência enquanto dado sensível fornecido ao intelecto pelo objeto. Antes, pelo contrário, a idéia de experiência é anterior à experiência sensível, constituindo-se em fonte e possibilidade de existência, realização e explicação racional daquela. Sendo assim, para Kant, há conhecimentos que começam e dependem da experiência: são os conhecimentos empíricos; e existem conhecimentos que independem da experiência sensível: são os conhecimentos puros ou a priori. Assim, o conhecimento é o resultado da adequada correlação entre os princípios a priori ou transcendentais - que são criados pelo espírito humano - e as informações da experiência sensível. Embora todo o conhecimento comece na empiria, nem por isso resulta dela. Esses elementos a priori pertencem ao domínio da cultura. Mas a discussão em torno das criações culturais está, ainda, começando no tempo de Kant.

A perspectiva transcendental, portanto, pleiteia estabelecer uma clara distinção entre o discurso e as coisas em si mesmas. O conhecimento é o resultado lógico do esforço da razão em comparar, unir e separar as representações por ela formadas. Para tal, as informações primeiras são provenientes dos sentidos. Os conhecimentos deles resultantes são denominados de conhecimentos a posteriori. Afirmar, contudo, que tais conhecimentos só se tornam possíveis, graças a um outro tipo de conhecimento que é anterior a toda e qualquer experiência e que é fruto da evolução cultural. A esse denomina de conhecimento puro ou a priori. O verdadeiro conhecimento caracteriza-se por sua universalidade e necessidade. Os dois critérios indicam que os conhecimentos efetivamente válidos não podem admitir qualquer exceção. Segundo ele, isto só pode acontecer com os conhecimentos a priori, como, p. ex., na afirmação, "o todo é maior do que a parte", pois os conhecimentos a posteriori não oferecem tal garantia, uma vez que é humanamente impossível ter acesso a todos os casos particulares.

Segundo a perspectiva transcendental, portanto, do ponto de vista lógico, o intelecto alcança tão-

somente os fenômenos, jamais os entes em sua essência.

2. AS FORMAS DO CONHECIMENTO

Investigar as formas do conhecimento é levantar os modelos formais que se apresentam como tentativas de catalogar as diferentes maneiras de a razão humana se relacionar com o universo circundante e com o sentido do viver humano. Pensar não é uma doutrina, mas uma atividade, dizia Wittgenstein. Como atividade não é prerrogativa de certas categorias de pessoas - como os filósofos ou cientistas - mas é uma regalia e um dom que está presente em todos os seres humanos, independente da classe social na qual estejam inseridos. O produto do pensamento é o conhecimento. Tradicionalmente são citadas cinco espécies ou formas de conhecimento. São elas: 1. O conhecimento filosófico; 2. O conhecimento mítico; 3. O conhecimento científico; 4. O conhecimento da fé; 5. O conhecimento do senso comum ou bom senso.

2.1 - O CONHECIMENTO FILOSÓFICO

Em que consiste o conhecimento filosófico? Consiste num exercício permanente do pensamento, que leva ao aprendizado de como se pode organizar o mundo, o nosso mundo privado e coletivo. Quando nos manifestamos desgostosos com a desorganização de nosso mundo brasileiro - o econômico, o político, o social, o ético, o cultural e outros - estamos, certamente, nos referindo, de forma implícita e explícita, à nossa incapacidade de pensar radicalmente a nossa economia, política, vida coletiva, a construção de uma hierarquia de valores privados e públicos, como elementos reguladores das interações pessoais. A boa meditação e o bom uso de suas conclusões podem levar à boa organização do mundo privado e coletivo. O saber apoucado ou mal usado, porém, tende a desorganizar e a desorientar a vida individual e comum.

Sócrates foi condenado à morte, não porque tivesse dito alguma coisa extraordinária aos seus conterrâneos. Sua meditação conduzia à análise do modo de ser privado de cada um. "Nosce te ipsum", "conhece-te a ti mesmo", dizia aos seus alunos e discípulos, em sua maioria jovens. Esse foi o crime pelo qual foi condenado: tentar levar a juventude de seu tempo a pensar.

Ora, a filosofia consiste em refletir sobre o que, supostamente, já sabemos. É morar, na máxima profundidade, em nossas certezas pedagógicas, éticas, políticas, econômicas, sociais, religiosas e de outras espécies.

Para a filosofia, o conhecimento que resulta da meditação filosófica jamais pode ser considerado conhecimento definitivo. Como se viu acima, o termo conhecer exprime justamente o nascimento do real que não vemos, ao dar-se ao pensamento em forma de conhecimento novo. O real - que é uma realidade abstrata ou mero produto do discurso - vem à luz e se mostra em sua face oculta, para, em seguida, voltar a esconder-se sob o véu do mistério. Quando nos parecia dominado por nossas categorias e esquemas nocionais, retira-se para as penumbras do ignoto, deixando-nos a frustradora, mas reconfortante sensação de que a luta pelo conhecimento claro e distinto deve continuar. Fernando Pessoa expressa magistralmente bem essa estranha sensação, ao dizer-nos que o pensamento é quem conhece, não a filosofia.

A filosofia é apenas busca:

"Não basta abrir a janela
Para ver os campos e o rio.
Não é bastante não ser cego
Para ver as árvores e as flores.
É preciso também não ter filosofia
nenhuma.
Com filosofia não há árvores: há idéias
apenas.
Há só uma janela fechada, e todo mundo
lá fora;
E um sonho do que se poderia ver se a
janela se abrisse,
Quem nunca é o que se vê, quando se abre
a janela".(4)

Entende o filósofo que a realidade é sempre maior do que tudo que se possa dizer sobre ela. É por isso, acrescentaria Martin Heidegger, que junto dele, se tem, muitas vezes, a sensação de nada estar aprendendo.

Aprender, para o filósofo alemão, não é só buscar conhecimentos úteis e utilizáveis de imediato. É buscar, antes, aquele saber que deixa marcas indeléveis para o resto da vida.

2.2 - O CONHECIMENTO MÍTICO

Fora da academia, costuma ser apresentado como uma forma primitiva de expressão intelectual. Representaria uma forma arcaica e ultrapassada de os homens se relacionarem com o universo. Por isso, muitos definem o mito como uma crença, sem qualquer validade objetiva, porque desconectada das realidades concretas e vividas no dia-a-dia das pessoas.

Ledo engano! O mito e o conhecimento que ele traz subjacente constituem-se no grande e inevitável móvel de um significativo número de nossas opções existenciais mais decisivas. A função do mito é a de comprometer o homem com sua existência concreta no mundo.

A verdade é que, sem nos darmos conta, estamos continuamente imprimindo um caráter mítico a muitas de nossas posições e decisões vitais mais importantes. O fato de vivermos hoje sob a égide da linguagem científica não nos confere nenhuma garantia de que tenhamos abandonado convicções e posturas mitificadas, como móvel e orientação de nossas vidas. Muito pelo contrário!

Ao tecermos nossa existência no mundo, usamos de palavras, expressões e posturas que, embora iluminadas por um pensar científico, nada têm de ciência. Ainda bem que é assim! Seria profundamente frustrador se nossas relações afetivas e emocionais tivessem que tornar-se prisioneiras das medidas intransigentes e dominadoras da ciência. O mito religa com o concreto, com a nossa história e a de nosso povo, estimulando a tocar a vida em frente.

O mito estimula a viver.

Nesse sentido é a síntese do cotidiano, quer seja o cotidiano pessoal ou o de um povo. Por isso, só entende o mito quem o vive. Pretender traduzir o mito, usando símbolos, modelos e categorias que são próprios de outra cultura, pode tornar-se uma forma de trair o seu sentido originário, pois, só o entende quem o vive. Não há separação entre mito e vida.

Daí o cuidadoso zelo com que a filosofia se propõe a lidar com o mito. No seu empenho em interpretá-lo, procura desvendar-lhe a lógica própria. A lógica do mito não é a lógica da ciência.

Pretender conhecê-lo, usando esquemas, modelos e fórmulas típicas da ciência, será certamente um impeditivo para desvendar-lhe o sentido mais profundo.

2.3 - O CONHECIMENTO DA CIÊNCIA

"A ciência é a medida do poder do homem", dizia Francis Bacon. O conhecimento científico representa o ingente esforço da razão humana em dominar os entes e fenômenos do mundo real, colocando sua compreensão sob a égide do cálculo e do modelo. A aproximação à realidade dos objetos já não se dá por ela mesma, mas através de medidas produzidas pela razão. Assim, a realidade em questão recebe uma nova existência, separada da sua constitutiva. A ciência torna o homem criador e senhor de um mundo por ele controlado.

Define-se a ciência como um conjunto sistemático e metódico de conhecimentos a respeito de um determinado objeto ou fenômeno.

Ao contrário do conhecimento filosófico e mítico, o conhecimento científico tende a fazer da ciência um recurso de dominação, quando, ao invés, deveria constituir-se em fator de libertação. "Vivemos por certo numa época da ciência, diz Buzzi. Mas não ainda de nascimento do homem de ciência. Pois, cá e lá, por toda parte, nos currículos de formação acadêmica, nas escolas e universidades, na vida pública e privada, na economia e política, não se usa a grande ciência. Usa-se a pequena, - a ideologia - que serve a

interesses de grupos, de estados e nações. A ciência de fato não comanda ainda a economia, a política internacional, as relações entre os indivíduos. Vivemos por certo numa época de ciência, mas estamos longe do processo revolucionário da ciência. Vivemos nos grilhões de uma minoridade tutelada por preconceitos, controlada por poderosas ideologias"(5).

A desumanização de que fala o autor é, certamente, conseqüência de uma inadequada incorporação da ciência ao mundo do cotidiano.

Importa, diz Pascal, perseguir simultânea e concomitantemente o espírito geométrico e o espírito de fineza. O espírito geométrico diz respeito ao necessário e radical domínio dos conceitos científicos; e o espírito de fineza refere-se à intuição, como experiência fundante que permite ir em busca do sentido globalizante da existência. Para o pensador francês, a verdadeira ciência leva a buscar o maior equilíbrio possível entre o necessário conhecimento científico, sem contudo, perder de vista que a realidade humana mais profunda e íntima não se deixa submeter aos critérios e medidas da ciência. A par da habilidade em lidar com os modelos operatórios da ciência sugere perseguir aquele outro tipo de conhecimento que leva a clarear o sentido globalizante da vida.

2.4 - O CONHECIMENTO DA FÉ

O conhecimento da fé não se submete às categorias de dominação da razão. Embora não se perceba incompatibilidade entre razão e fé, a fé não se subjugua aos critérios racionais. A fé expressa uma evidência que só a percebe e experimenta quem a recebeu como dom.

Não há nenhuma justificativa razoável que dê, a quem quer que seja, o direito de estabelecer a medida da fé de uma pessoa. Trata-se de uma questão de foro íntimo, cujo conhecimento é inaccessível àqueles que dela não fizeram a experiência. Talvez esteja aí a razão básica porque os liberais do século XVII fizeram da tolerância religiosa um dos princípios fundamentais da modernidade.

"O homem de fé, diz Buzzi, vive no mundo, como o peixe na areia, o prisioneiro no cárcere, o pássaro na gaiola, o doente no leito. O que faz o peixe sofrer não é a areia, mas a proximidade da água; o que faz o prisioneiro sofrer não é a cela carcerária, mas a liberdade; o que faz o pássaro sofrer não é a gaiola, mas a proximidade do espaço; o que faz o doente sofrer não é o leito, mas a saúde". (6).

O conhecimento da fé é uma forma de conhecimento que está colada à vida através de uma experiência misteriosa e íntima.

2.5 - O CONHECIMENTO DO SENSO COMUM OU BOM SENSO

O senso comum ou bom senso não é um conhecimento que nos diga o que e como as coisas são. É uma forma de conhecimento que nos diz como proceder. É mais uma prática do que uma teoria.

O senso comum nos ensina a viver. E quando aprendemos a praticá-lo em sua máxima profundidade, torna-se um conhecimento que perpassa os demais. O médico que agisse apenas e estritamente movido pelo conhecimento científico, o juiz que orientasse seus procedimentos unicamente pela lei objetiva, o economista e o administrador que não levassem em consideração outros fatores e valores, que não aqueles da objetividade do cálculo da ciência, estariam revelando que ainda não assimilaram o sentido global e totalizante da vida.

O bom senso nos ensina o modo correto de viver a vida. "A todo instante, nos damos conta de que ainda não aprendemos o modo certo de vivê-la. Bobagens de nada, insignificantes, geralmente nos perturbam mais que coisas importantes. Vemos ao nosso redor o grito lancinante da violência e da injustiça e amargamos sentimentos fugidios. Não temos ainda a destreza dos cavalos que puxam bem a carroça, apesar da companhia inoportuna das moscas esvoaçantes. Nós espancamos e ficamos discutindo com as moscas da feira..."(7).

O conhecimento que se manifesta como bom senso não surge necessariamente de longos estudos acadêmicos, nem das profundas reflexões filosóficas, nem das noites cansativas de pesquisa. Surge, sim, da lenta, persistente e necessária busca da concorrência entre a teoria e a prática. Quando nos defrontamos com alguém, agindo em desacordo com o ritmo do bom senso, rapidamente produzimos juízos que expressam o que entendemos por bom senso: "A fulano faltou-lhe o bom senso", "aquele profissional agiu segundo o bom senso".

O que isto quer dizer?

Que existe uma medida de sabedoria no agir cotidiano que não se aprende na academia, mas que surge colada à vida. Sua construção é lenta e progressiva. É o bom senso.

"Na época em que a vida na terra era plena, ninguém dava atenção aos homens dignos, nem selecionava os homens capazes. Os soberanos eram apenas os galhos mais altos das árvores e o povo era como cervos na floresta. Eram honestos e corretos, sem ninguém imaginar que estavam cumprindo com seu dever. Amavam-se mutuamente e não sabiam que isto se chamava amor ao próximo. Não enganavam a ninguém e, no entanto não sabiam que eram homens de confiança. Podia-se contar com eles e ignoravam que isso fosse boa-fé. Viviam juntos livremente, dando e recebendo, e não sabiam que eram homens de bom coração. Por esse motivo, seus feitos não foram narrados". (8).

Isso é bom senso!

A título de conclusão pode-se afirmar que a busca do conhecimento respresenta a grande tarefa do homem ao longo de sua experiência, pouco importa se tal conhecimento se denomina mito, filosofia, ciência, fé ou bom senso. Não são os nomes que são dados a esse empenho que importam. A busca continuada e persistente dá sentido à razão como prerrogativa que torna os homens superiores aos outros seres do universo terráqueo.

Bibliografia

- 1 - PASCAL, Blaise. Pensées, 347. (1).
- 2 - PAIM, Antônio. História das Idéias Filosóficas no Brasil. 3.^a ed. São Paulo, Editora Convívio, 1984. (2).
- 3 - ESPINOSA, Bento de Pensamento Metafísico. São Paulo, Editora Abril (Os Pensadores), 1978. (3).
- 4 - PESSOA, Fernando. Seleção Poética. Rio de Janeiro 1978. (4)
- 5 - BUZZI, Arcângelo. Introdução ao Pensar. 21.^a ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1992. (5),(6), (7).
- 6 - CHUANG, Tzu. A Via de Chuang Tzu. Petrópolis, Editora Vozes, 1972 (8).